

Bruxelas, 23 de fevereiro de 2026
(OR. en)

6343/26

SOC 84
EMPL 35

NOTA

de:	Presidência
para:	Comité de Representantes Permanentes/Conselho
Assunto:	Romper o ciclo da pobreza: desenvolver serviços de capacitação e ativação centrados nas pessoas — <i>Troca de pontos de vista</i>

Junto se envia, à atenção das delegações, uma nota de orientação da Presidência sobre o assunto em epígrafe, na perspetiva da troca de pontos de vista que terá lugar na reunião do Conselho (Emprego, Política Social, Saúde e Consumidores) de 9 de março de 2026.

ROMPER O CICLO DA POBREZA: DESENVOLVER SERVIÇOS DE CAPACITAÇÃO E ATIVAÇÃO CENTRADOS NAS PESSOAS

Romper o ciclo da pobreza

No Discurso sobre o estado da União de 2025, ao reafirmar a visão a longo prazo da União, a presidente Ursula von der Leyen realçou que a União definirá o seu plano para ajudar a erradicar a pobreza até 2050¹. A concretização deste objetivo abrangente na União tem sido posta em causa por persistentes pressões sobre o custo de vida, desafios macroeconómicos e insegurança financeira.

Entre os desafios de longa data que ilustram a natureza multidimensional desta questão encontram-se a pobreza no trabalho, os crescentes condicionalismos ao nível da habitação e da acessibilidade dos preços, bem como um número considerável de famílias com crianças em situação de pobreza. Esta realidade põe em evidência a necessidade de respostas estratégicas mais abrangentes e eficazes, que não assentem apenas na prestação de um apoio adequado ao rendimento das pessoas necessitadas, mas reforcem também a inclusão ativa e o acesso a serviços essenciais. A pobreza vivida em idades precoces tem efeitos profundos e duradouros ao longo da vida, tanto na esfera individual como social, motivando assimetrias na participação social e adensando, concomitantemente, a transmissão intergeracional da desigualdade. Por isso, são necessários mecanismos de prevenção mais sólidos, que reduzam a probabilidade de as pessoas virem a cair na pobreza e que, em simultâneo, combatam a dimensão intergeracional do fenómeno.

Desenvolver serviços de capacitação e ativação centrados nas pessoas

Os serviços de capacitação e ativação centrados nas pessoas demonstraram ser formas eficazes de combater as desigualdades sociais e dar autonomia às pessoas para que desenvolvam todo o seu potencial.

¹ Discurso sobre o estado da União de 2025.

Para combater os fatores estruturais da pobreza e quebrar os ciclos viciosos da desigualdade é essencial reforçar o investimento em serviços de capacitação integrados, com elevada qualidade e dotados de recursos adequados — que incluam serviços de ação social (por exemplo, de serviço social, de aconselhamento social, de orientação, de mentoria, de apoio psicológico, de reabilitação) e outros serviços de capacitação gerais, nomeadamente educação pré-escolar e cuidados na infância, cuidados de saúde, cuidados continuados, educação e formação, e habitação.

É fundamental dar prioridade a políticas que proporcionem uma intervenção precoce e um acompanhamento personalizado, nomeadamente através de avaliações individuais de competências, aconselhamento profissional e oportunidades de formação ou de requalificação específicas que estejam alinhadas com as necessidades do mercado de trabalho. Para que as políticas de ativação sejam eficazes, é essencial que sejam concebidas em torno dos objetivos, das capacidades e do contexto social de cada pessoa, reconhecendo que a autodeterminação, as relações sociais e a autoeficácia são essenciais para quebrar os ciclos de exclusão. Uma conceção das políticas centrada nas pessoas promove também a dignidade, a autonomia e a liberdade de escolha.

Paralelamente, desfazer a complexidade da pobreza requer a colaboração entre setores — envolvendo, por exemplo, os serviços sociais, de saúde, educativos, de emprego e de habitação —, com percursos sem descontinuidades que permitem às pessoas aceder a toda a oferta num só espaço ou através de sistemas de referenciação articulados. Em particular, é essencial o reforço das ligações entre os sistemas de proteção social e os serviços públicos de emprego, a par de incentivos que tornem financeiramente viável e sustentável a transição para o emprego. Estas abordagens capacitadoras apoiam a integração no mercado de trabalho e contribuem para o aumento da participação social, para a igualdade de oportunidades e para a coesão social.

Além disso, o envolvimento de organizações locais, de grupos de ajuda mútua e de intervenientes de base contribui para garantir que os serviços são adaptados às necessidades, orientados para o público-alvo e acessíveis. Os modelos assentes na comunidade promovem, além disso, o apoio mútuo e o capital social, fatores fundamentais para a inclusão sustentável.

Para alcançar os melhores resultados, as intervenções têm de fortalecer a confiança, reduzir o estigma internalizado e reforçar as capacidades de superação, de modo a produzir resultados sociais eficazes, em consonância com as transições ecológica e digital.

Espera-se que a primeira Estratégia da UE de Combate à Pobreza, no primeiro semestre de 2026, reforce e destaque a importância de serviços de capacitação e ativação centrados nas pessoas. Embora se tenham registado alguns progressos para alcançar a meta de redução da pobreza para 2030, o ritmo global continua a ser lento. A pobreza continua a afetar de forma desproporcionada as mulheres, as famílias com crianças e as pessoas em situações de vulnerabilidade, sublinhando a urgência de ações mais coerentes, orientadas para o público-alvo e prospetivas. É essencial que as políticas sejam eficazes, complementem os serviços de remediação e integrem abordagens orientadas para a prevenção. Para garantir que ninguém é deixado para trás, é essencial aumentar a coerência e a coordenação das políticas ao nível da UE, nacional e regional, incluindo através do Semestre Europeu.

Objetivo da troca de pontos de vista

Tendo em conta o que foi exposto, convida-se os ministros a trocar pontos de vista sobre estratégias eficazes para quebrar o ciclo da pobreza, com especial destaque para o papel desempenhado por serviços de capacitação e de ativação centrados nas pessoas. O debate há de permitir explorar a transição de prestações puramente pecuniárias para uma assistência personalizada, integrada e solidária e para serviços em espécie. Neste contexto, os ministros poderão refletir sobre a forma como os sistemas de proteção social e os serviços de ativação podem orientar-se mais para a autonomia, para a inclusão social e para o emprego.

Perguntas para o debate

Neste contexto, os ministros são convidados a refletir sobre as seguintes perguntas:

- 1. Que novas medidas postas em prática a nível nacional demonstraram ser eficazes no reforço dos serviços de capacitação e ativação centrados nas pessoas para prevenir a pobreza e a exclusão social?*
 - 2. De que forma se podem integrar as políticas de capacitação e de ativação centradas nas pessoas naquela que será a primeira Estratégia da UE de Combate à Pobreza?*
-